

# “NO LIXO TAMBÉM NASCE FLOR”: COTIDIANO, VÍNCULOS E PROJETOS DE VIDA NO ENCARCERAMENTO FEMININO

## "FLOWERS CAN ALSO BLOOM IN THE TRASH": DAILY LIFE, BONDS, AND LIFE PLANS IN WOMEN'S INCARCERATION

Raphaela Schiassi Hernandes<sup>1\*</sup>, Ivan Elias de Azevedo<sup>2</sup>, Márcia Regina Barbosa<sup>3</sup>, Jéssica Lima Brito<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Doutorado, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, Sergipe, Brasil, [rapha-to@academico.ufs.br](mailto:rapha-to@academico.ufs.br)

<sup>2</sup> Graduação, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, Sergipe, Brasil, [azevedo.ivan@gmail.com](mailto:azevedo.ivan@gmail.com)

<sup>3</sup> Pós-Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Aveiro, Portugal, [marcia.barbosa@ufpe.br](mailto:marcia.barbosa@ufpe.br)

<sup>4</sup> Graduação, Itabaiana, SE, Brasil, [t.ojessicalima@hotmail.com](mailto:t.ojessicalima@hotmail.com)

\* Autor de correspondência

### Resumo

O crescimento da população prisional feminina constitui fenômeno relevante para a Saúde Coletiva. O encarceramento de mulheres em condição de sentenciamento produz impactos sobre o cotidiano, vínculos sociais, projetos de vida e perspectivas de futuro. Este estudo objetiva compreender de que modo a experiência do cárcere influencia as perspectivas de futuro de mulheres privadas de liberdade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida em um presídio feminino no interior do estado de Sergipe, com a participação de mulheres sentenciadas. A produção de dados ocorreu por meio de três procedimentos articulados: análise documental de processos e prontuários; entrevista semiestruturada; e uma atividade expressiva (pintura) como dispositivo de escuta e produção de sentidos. Os resultados evidenciam incidência ambivalente do encarceramento sobre os projetos de vida, podendo tanto interromper trajetórias quanto favorecer reorganizações subjetivas e construção de expectativas futuras, especialmente mediadas por vínculos familiares e oportunidades institucionais. Observa-se, contudo, que danos relevantes extrapolam o período intramuros, expressando-se no estigma, na fragilidade das redes de apoio e na insuficiência de políticas públicas para o pós-cárcere. Conclui-se que a escuta qualificada dessas mulheres é estratégica para subsidiar práticas e políticas intersectoriais sensíveis ao cotidiano, à subjetividade e à reintegração social no sistema prisional feminino.

Palavras-chave: Encarceramento Feminino. Cotidiano. Projeto de Vida. Saúde Coletiva. Terapia Ocupacional.

### Abstract

*The growth of the female prison population raises significant questions for Public Health. The incarceration of women serving sentences impacts their daily lives, social bonds, life projects, and future prospects. This study aims to understand how the experience of incarceration influences the future prospects of women deprived of their liberty. This is a qualitative research study, developed in a women's prison in the interior of the state of Sergipe, with the participation of convicted women. Data production occurred through three articulated procedures: document analysis of case files and records; semi-structured interviews; and an expressive activity (painting) as a device for listening and meaning-making. The results highlight the ambivalent nature of incarceration regarding life projects, where the interrupted trajectory can both favor subjective reorganizations and the construction of future expectations, especially mediated by family ties and institutional opportunities. However, it is observed that the significant harm extends beyond the prison walls, manifesting itself in stigma, the fragility of support networks, and the inadequacy of public policies for post-incarceration life. It is concluded that listening to these women is strategic for supporting intersectoral practices and policies that are sensitive to daily life, subjectivity, and social reintegration within the female prison system.*

Received in .18.02.2026 - Received in revised form in 17.03.2026 - Accepted in 01.04.2026 – Available online 30.04.2026

*Keywords: Female Incarceration. Daily Life. Life Project. Public Health. Occupational Therapy.*

©UNIS-MG. All rights reserved.

## **1 INTRODUÇÃO**

O crescimento do encarceramento feminino no Brasil tem produzido impactos que ultrapassam os muros das prisões e desafiam o campo da Saúde Coletiva a ampliar seu olhar sobre as múltiplas dimensões da privação de liberdade. Quando uma mulher é sentenciada, não apenas sua liberdade é restringida, mas também, seus papéis sociais são interrompidos, suas redes de apoio são tensionadas e suas perspectivas de vida passam a ser atravessadas pelo tempo da pena.

Grande parte das mulheres privadas de liberdade já vivenciava trajetórias marcadas por desigualdades sociais, precarização do trabalho, violência e responsabilidades intensivas de cuidado. O encarceramento, nesse contexto, pode intensificar processos de vulnerabilização, produzir rupturas biográficas e fragilizar ainda mais as possibilidades de reinserção social. Ao mesmo tempo, o período intramuros pode também constituir espaço de reflexão, reorganização subjetiva e reconstrução de projetos, especialmente quando existem oportunidades institucionais e vínculos significativos que sustentem novas expectativas de futuro.

Compreender como essas mulheres elaboram suas perspectivas de vida durante o cumprimento da sentença é fundamental para subsidiar políticas públicas, práticas intersetoriais e ações em saúde sensíveis às especificidades do encarceramento feminino. Tal compreensão permite deslocar o foco exclusivo da punição para a análise das condições concretas de vida, dos sentidos atribuídos à experiência do cárcere e das possibilidades reais de reintegração social.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo geral compreender como a condição de sentenciamento no cárcere influencia as perspectivas de futuro de mulheres privadas de liberdade. Como objetivos específicos, busca-se: analisar as rupturas cotidianas produzidas pelo encarceramento; identificar os suportes institucionais existentes no contexto prisional; e compreender os projetos de vida elaborados pelas internas diante da sentença determinada.

## **2 ESTRUTURA DO ARTIGO**

As instituições sociais operam historicamente como dispositivos de regulação da vida coletiva, produzindo normas, pertencimentos e fronteiras entre o aceitável e o desviante. No caso das prisões, essa função assume contornos radicalizados, pois a privação da liberdade é acompanhada pela administração do tempo, do espaço, das relações e das condutas, reorganizando a experiência cotidiana e afetando identidades. Nessa direção, a prisão pode ser compreendida como instituição total, na medida em que concentra residência, vigilância e controle sob uma lógica que redefine rotinas e papéis sociais (Goffman, 2001).

No debate contemporâneo, o encarceramento ultrapassa a dimensão jurídico-penal e conecta-se à produção social de desigualdades, operando seletivamente sobre populações marcadas por pobreza, baixa escolaridade, precarização do trabalho e múltiplas violências. No Brasil, embora historicamente invisibilizado, o encarceramento de mulheres cresce proporcionalmente e expõe a inadequação de um sistema prisional pensado a partir de um modelo masculino, insuficiente para responder às especificidades do gênero, especialmente no campo da saúde, da maternidade e do cuidado (Borges, 2019; Diniz; Paiva, 2014).

As mulheres privadas de liberdade, em grande parte, apresentam trajetórias atravessadas por experiências reiteradas de violência, fragilidade de redes de apoio e responsabilidade central pelo cuidado de filhos e familiares. Quando encarceradas, não apenas perdem o convívio, mas também, sofrem ruptura de ocupações e papéis sociais que organizavam o cotidiano como trabalhar, cuidar, circular no território, sustentar vínculos, e passam a viver sob rotinas rígidas e restrições de escolhas. Esses processos podem produzir despersonalização, sofrimento e perda de sentido; mas também abrem espaço para negociações, resistências e reorganizações subjetivas, a depender das oportunidades institucionais e do reconhecimento da singularidade das internas (Galheigo, 2020; Benetton, 2010).

A condição de sentenciamento reorganiza de modo decisivo a temporalidade do cárcere, produzindo um “futuro sob cálculo”, tempo de pena, tempo de espera, tempo de “recomeçar”. Nesse cenário, a saída da prisão torna-se um dos momentos mais críticos, pois as egressas se deparam com estigma, dificuldades de trabalho e renda, fragilidade de suporte familiar e ausência de políticas públicas sustentadas para o pós-cárcere, o que amplia vulnerabilidades e pode reatualizar ciclos de exclusão. Na Saúde Coletiva, isso desloca o encarceramento feminino do campo restrito da “justiça” para a agenda pública, pois envolve determinantes sociais, violações de direitos, sofrimento psíquico e efeitos sobre famílias e territórios (Borges, 2019; Cerneka, 2009).

Nesse contexto, a Terapia Ocupacional constitui campo estratégico de intervenção no sistema prisional ao compreender cotidiano e ocupações como dimensões centrais da produção da vida. Ao favorecer escuta, participação, vínculos e construção de sentidos, a terapia ocupacional contribui para sustentar projetos de vida possíveis, mesmo em contextos de privação de liberdade, deslocando a centralidade da punição para o cuidado e para a atenção integral (Galheigo, 2003; Barros; Ghirardi; Lopes, 2002; Benetton, 2010).

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo. Essa opção metodológica mostrou-se adequada para investigar fenômenos complexos e subjetivos, situados em contextos específicos e atravessados por dimensões simbólicas e relacionais, como as experiências de encarceramento, os sentidos atribuídos ao cotidiano e a construção de projetos de vida por mulheres privadas de liberdade. A pesquisa qualitativa privilegia a compreensão de significados, percepções e processos sociais, permitindo acessar narrativas e racionalidades práticas que não se reduzem a variáveis mensuráveis e possibilitando uma análise aprofundada das experiências vividas (Minayo, 2014; Minayo; Deslandes; Gomes, 2016; Denzin; Lincoln, 2018).

A pesquisa foi realizada em um presídio feminino localizado no interior do estado de Sergipe. A unidade possui capacidade formal para 175 internas e, no período de coleta de dados, abrigava aproximadamente 250 mulheres, com idades entre 18 e 80 anos, evidenciando situação de superlotação. O estabelecimento ofertava atividades educacionais, profissionalizantes e culturais, incluindo Educação de Jovens e Adultos (EJA), alfabetização, cursos profissionalizantes, projetos culturais e eventos institucionais, configurando dispositivos que atravessam o cotidiano prisional e interferem nas possibilidades de participação e construção de projetos de vida.

Participaram da pesquisa mulheres privadas de liberdade com sentenciamento definitivo, selecionadas a partir de critérios previamente estabelecidos: ser mulher sentenciada, ter idade entre 20 e 50 anos e ter participado de ao menos uma atividade pedagógica institucional. A

seleção ocorreu em articulação com a equipe técnica, respeitando os protocolos institucionais de segurança, que limitam a realização de atividades coletivas a um máximo de 10 internas. Inicialmente, foram listadas 20 possíveis participantes; houve autorização para acesso a 14 prontuários e, após análise documental, foram selecionadas 10 mulheres elegíveis. A participação foi voluntária, mediante aceite formal das internas. Uma das participantes recusou-se a permanecer no grupo durante o processo de coleta, sendo substituída por outra interna indicada pela equipe institucional, que também atendia aos critérios da pesquisa.

A pesquisa respeitou integralmente os princípios éticos previstos para estudos envolvendo seres humanos, conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, sob o parecer nº 3.087.656 (CAAE: 04439418.4.0000.5546), além de contar com autorização formal da gestão da unidade prisional. Todas as participantes foram informadas sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias. Foi assegurada a garantia de anonimato e confidencialidade das informações, sendo utilizados nomes fictícios em todos os registros e publicações decorrentes do estudo.

A produção dos dados ocorreu por meio da articulação de três procedimentos metodológicos complementares, estratégia amplamente utilizada em pesquisas qualitativas para ampliar a compreensão do fenômeno investigado e favorecer a triangulação dos dados (Minayo, 2014). O primeiro procedimento consistiu na análise documental dos processos judiciais e prontuários institucionais das participantes, com o objetivo de conhecer aspectos sociodemográficos, trajetória de vida, histórico institucional e tipificação penal. Esse procedimento permitiu contextualizar as narrativas produzidas posteriormente, situando-as no percurso histórico e social de cada participante. O segundo procedimento envolveu a realização de entrevista semiestruturada, orientada por roteiro elaborado pelos pesquisadores e alinhado aos objetivos do estudo. A entrevista possibilitou explorar percepções sobre o cotidiano prisional, rupturas vivenciadas, vínculos familiares, expectativas futuras e sentidos atribuídos à experiência do encarceramento.

A entrevista semiestruturada foi escolhida por permitir flexibilidade na condução do diálogo e favorecer a emergência de temas relevantes a partir da fala das próprias participantes (Minayo; Deslandes; Gomes, 2016). O terceiro procedimento consistiu na realização de um encontro grupal mediado por uma atividade expressiva de pintura, utilizada como dispositivo facilitador da expressão de sentimentos e da produção de sentidos. A atividade foi orientada pela pergunta disparadora: “Qual é o seu projeto de vida e o que você espera para o seu futuro?”. O uso de recursos expressivos em contextos institucionais tem se mostrado potente para acessar conteúdos subjetivos, especialmente quando a verbalização direta pode ser limitada por defesas, silenciamentos ou constrangimentos (Benetton, 2010; Galheigo, 2020).

A análise dos dados foi orientada pela análise temática, conforme proposta por Minayo (2014), entendida como um procedimento interpretativo que busca identificar núcleos de sentido presentes nas falas e nos materiais produzidos, considerando o contexto social e simbólico em que se inserem. Inicialmente, realizou-se leitura flutuante dos documentos, entrevistas e registros da atividade expressiva, com o objetivo de apreender o conjunto do material e identificar impressões iniciais. Em seguida, procedeu-se à organização e categorização dos dados a partir da recorrência temática, da relevância dos conteúdos para os objetivos do estudo e da intensidade dos relatos.

Os dados provenientes da análise documental subsidiaram a contextualização das participantes, enquanto a entrevista e a atividade expressiva possibilitaram a construção de

categorias analíticas relacionadas às rupturas do cotidiano, às mudanças subjetivas, aos vínculos familiares e aos projetos de vida no cárcere e no pós-cárcere. A interpretação ocorreu de forma articulada ao referencial teórico adotado, buscando compreender os sentidos atribuídos pelas mulheres à experiência do encarceramento e às suas perspectivas de futuro.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise documental permitiu caracterizar as participantes quanto às tipificações penais e situá-las no contexto mais amplo do encarceramento feminino no Brasil. O grupo investigado reúne mulheres com diferentes idades e delitos atribuídos, o que indica diversidade de trajetórias e modos de entrada no sistema prisional:

**1 - Processo: (NAZARÉ)**, 43 anos - sentenciada por homicídio qualificado

**2 - Processo: (FRANCISCA)**, 45 anos - sentenciada por estelionato

**3 - Processo: (EMELY)**, 29 anos - sentenciada por homicídio

**4 - Processo: (LAIANE)**, 26 anos - sentenciada por tráfico de drogas.

**5 - Processo: (EDNA)**, 25 anos - sentenciada por estelionato

**6 - Processo: (GABRIELA)**, 29 anos - sentenciada por homicídio

**7 - Processo: (MADALENA)**, 31 anos - sentenciada por latrocínio

**8 - Processo: (MARTA)**, 25 anos - sentenciada por homicídio qualificado

**9 - Processo: (SABRINA)**, 24 anos - sentenciada por latrocínio

**10 - Processo: (REGINA)**, 50 anos - sentenciada por tráfico de drogas

Embora os delitos sejam distintos, prontuários e narrativas convergem em um ponto: o cárcere não opera apenas como “resposta ao delito”, mas como um dispositivo que reorganiza trajetórias de vida e perspectivas de futuro, produzindo efeitos sobre identidades, cotidianos, vínculos e possibilidades de reinserção. Essa compreensão dialoga com análises críticas desenvolvidas no contexto brasileiro, que situam o encarceramento como parte de um arranjo mais amplo de gestão das desigualdades sociais e de controle das populações historicamente vulnerabilizadas, atravessado por marcadores de classe, raça e gênero, e não restrito à função punitiva formal do sistema penal (Foucault, 2014; Batista, 2011; Adorno, 1991).

Em termos institucionais, os dados oficiais mais recentes do SISDPEN/ Levantamento de Informações Penitenciárias reforçam a centralidade do tema na agenda pública e a necessidade de ampliar programas educacionais, laborais e assistenciais como componentes do cotidiano prisional. O SISDPEN registra 26.876 mulheres em 31/12/2023, sendo 224 em Sergipe (SENAPPEN, 2023).

Os dados colhidos nas entrevistas e relatos trazidos no encontro foram agrupados. Para qualificar a análise e manter coerência com os objetivos (rupturas do cotidiano, suportes institucionais e projetos de vida), os achados foram reorganizados em quatro eixos analíticos:

1. Cotidiano prisional e (re)existência
2. Vínculos, maternidade e saudade

3. Projetos de vida, futuro e reinserção
4. Instituição, cuidado e ressocialização

#### Eixo 1 – Cotidiano prisional e (re)existência: “No lixo também nasce flor”

As narrativas evidenciam que o cotidiano prisional é vivido como experiência ambígua. Ele é descrito como espaço de restrição, sofrimento e violência simbólica, mas também como tempo de reflexão, aprendizagem e reorganização subjetiva. Essa ambivalência permite compreender o cárcere não apenas como um lugar de punição formal, mas como dispositivo que reorganiza trajetórias, vínculos e identidades.

Na terapia ocupacional o cotidiano não é entendido como simples repetição de tarefas, mas como espaço de produção de sentidos, atravessado por relações de poder e possibilidades de transformação (Barros, 2004; Galheigo, 2003; 2020). No cárcere, esse cotidiano é rigidamente normatizado e tende a restringir escolhas, ainda assim, não se apresenta como totalmente fechado, pois as mulheres constroem estratégias de enfrentamento e (re)existência.

A metáfora apresentada por Nazaré, “no lixo também nasce flor”, expressa de maneira contundente esse movimento de resistência simbólica. Ao nomear o espaço prisional como “lixo”, a participante reconhece o lugar social de desqualificação historicamente atribuído às mulheres encarceradas. Ao afirmar que “nasce flor”, contudo, rompe com a identidade criminalizante e reivindica a possibilidade de transformação e de futuro.

[...] desenhei uma flor e uma borboleta representando a metamorfose em que nós estamos vivendo. E coloquei uma frase: **No lixo também nasce flor**. Porque independente do lugar que nós estamos, nós podemos chegar e alcançar o que nós quisermos ser! Eu desejo ser advogada e vou ser! Só Deus que pode me impedir [...] (Nazaré).

A noção de metamorfose presente na fala aproxima-se da compreensão de projetos de vida como construções processuais, que se reorganizam ao longo do tempo e em diálogos com as condições concretas de existência. Pensar projetos, neste contexto, implica reconhecer o sujeito como produtor de sentidos mesmo sem situações adversas, sendo o cotidiano espaço privilegiado dessa produção (Benetton, 2010). No cárcere, tais projetos não se configuram como abstrações, mas como construções mediadas pelas experiências institucionais, pelas oportunidades ofertadas e pelo reconhecimento enquanto sujeito de direitos.

Essa mediação institucional aparece de forma explícita nas falas de Madalena e Emily, que associam o “aprendizado” e a “transformação” ao acesso às atividades institucionais, cursos e experiências que rompem, ainda que parcialmente, com a lógica da ociosidade e da punição pura.

*[...] antes do cárcere não tinha oportunidades e agora estou em um **processo de aprendizado e transformação na instituição**, ela permite isso [...]* (Madalena).

[...] quero ter minha casa de três andares (risos), mas é um sonho que eu posso realizar se eu batalhar e ter **força de vontade**, posso começar de baixo, mas **preciso lutar e enfrentar as dificuldades, estou aprendendo isso aqui dentro da instituição com o tempo** [...] (Emily).

As atividades funcionam, assim, como dispositivos de reorganização do cotidiano e de reconhecimento de capacidades antes não visibilizadas, produzindo efeitos na autoestima e na percepção de futuro. Entretanto, a ênfase na “força de vontade” individual, presente nas narrativas, não pode ser interpretada de forma isolada. Estudos indicam que mudança subjetivas e projetos de vida sustentáveis estão condicionados às oportunidades concretas de educação, trabalho, cuidado em saúde e acompanhamento psicossocial durante o cumprimento da pena (Andrade et al, 2015; Brasil, 2014). A transformação relatada, portanto, não se reduz a mérito individual, mas resulta da interação entre sujeito, instituição e contexto social.

Ao mesmo tempo, as mulheres não romantizam o cotidiano prisional. Reconhecem-no como espaço de sofrimento, violência e convivência forçada, desenvolvendo estratégias conscientes para não se deixarem capturar integralmente por essa lógica. A decisão de “não absorver as coisas ruins” aparece como mecanismo de autopreservação subjetiva, fundamental para sustentar uma direção de vida e evitar a internalização do rótulo criminal.

[...] eu tenho força de vontade e quero mudança! Não sou da criminalidade, eu cometi uma vingança [...] então, **eu não absorvo as coisas ruins que também tem aqui dentro e são muitas, pois quero outra vida** [...] (Marta).

[...] meu futuro é recomeçar uma nova vida, esquecer o que passou e viver uma vida nova junto a minha família, **uma vida de transformação** [...] **aprendendo somente as coisas boas** [...] (Laiane).

[...]as pessoas acham que não temos sentimentos, eu sei que algumas não querem nada com nada, mas tem uma **grande maioria que precisa só de oportunidade** [...] (Gabriela).

A fala de Gabriela explicita a desumanização simbólica que atravessa o encarceramento feminino, ao denunciar a ideia socialmente difundida de que mulheres presas “não tem sentimentos”. Tal percepção reforça o caráter moralizante do sistema penal e evidencia como a negação da subjetividade constitui mecanismo de violência institucional (Barros, 2004). No caso das mulheres, essa desqualificação é agravada pela transgressão simultânea das normas legais e das expectativas morais associadas ao gênero, intensificando processos de estigmatização (Borges, 2019; Lemgruber, 1983).

Desse modo, o eixo “No lixo também nasce flor” revela o cotidiano prisional como espaço de tensão permanente entre mortificação e reconstrução. O cárcere produz sofrimento e exclusão, mas também pode se tornar um tempo de elaboração subjetiva e de construção de projetos de vida, desde que existam condições institucionais mínimas e práticas comprometidas com a dignidade humana. Para a terapia ocupacional, essa leitura reafirma o cotidiano como

campo ético-político de intervenção, voltado à ampliação de sentidos, à sustentação de projetos e à afirmação da vida, mesmo em contextos de privação de liberdade

## Eixo 2 – Vínculos, maternidade e saudade: família como suporte, ferida e projeto de vida

As narrativas evidenciam que a família ocupa lugar estruturante na experiência do encarceramento feminino. Mais do que um elemento afetivo, ela aparece como eixo organizador de identidades, do cotidiano e dos projetos de futuro. Contudo, essa centralidade é atravessada por ambivalência, a família pode ser suporte, horizonte de reconstrução e motivação para a mudança, mas também pode tornar-se espaço de ruptura e abandono.

Diferentemente do encarceramento masculino, no qual os vínculos familiares tendem a se manter com maior estabilidade, a prisão de mulheres frequentemente provoca rupturas mais profundas, sobretudo quando exerciam papéis centrais de cuidado antes do aprisionamento (Lemgruber, 1983; Soares; Ilgenfritz, 2002). No contexto brasileiro, a mulher ocupa, com frequência, posição central na organização cotidiana da vida familiar. Assim, quando é encarcerada, não se interrompe apenas uma convivência, mas desestrutura-se uma rede de cuidado que sustentava filhos, idosos e o próprio funcionamento doméstico (Borges, 2019; Gomes, 2010). Essa desestruturação atravessa intensamente as falas, nas quais o futuro é imaginado como recomposição de laços e reconstrução de pertencimentos:

[...] ter meu casamento de volta, **reconstruir minha família** [...] quero estar mais perto da minha filha e dos netos, somente isso, **a solidão aqui é muito presente e difícil** [...] (Francisca).

O projeto de vida, nesse contexto, organiza-se prioritariamente em torno da retomada de vínculos. A família sustenta expectativas e orienta escolhas no interior do cárcere, como participar de atividades e buscar remição de pena. É nesse movimento que a maternidade emerge como dimensão particularmente sensível da experiência prisional. O afastamento dos filhos não se reduz à ausência física, ele implica a ameaça de perder o lugar simbólico de mãe. Culpa, medo e insegurança atravessam as narrativas, revelando o sofrimento associado à possibilidade de ruptura definitiva do vínculo:

[...] o desenho representa **minha maior vontade no momento, que é estar junto da minha família** [...] principalmente dos meus filhos, quero **recuperar os laços familiares** [...] (Edna).

[...] gostaria de **retomar as relações familiares**, mas será muito difícil devido aos meus atos do passado, mas vou tentar [...] (Marta).

[...] tentar recuperar tudo que perdi, construir minha vida de novo. **Tenho medo do futuro dos meus filhos** [...] **de eles não me respeitarem quando eu sair daqui, de ter perdido eles** e quando eu for falar com eles, vão dizer: quem é você? Você não é mulher para falar nada. Você ficou o tempo todo na cadeia. Você não tem

moral nenhuma para me dar lição de moral. Eu tenho medo disso! [...] (Madalena).

O medo expresso por Madalena revela não apenas receio da rejeição afetiva, mas o temor de perder a autoridade simbólica associada à maternidade. A mulher presa sofre dupla penalização, tanto pela infração legal, quanto pela transgressão das expectativas morais associadas ao gênero (Soares; Ilgenfritz, 2002). A prisão ameaça a identidade materna e produz sofrimento que ultrapassa o tempo da pena (Oliveira, 2000; Ramires; Schneider, 2010).

É nesse entrelaçamento entre identidade materna e cotidiano interrompido que emerge, de forma recorrente, a saudade. Não se trata apenas de um sentimento abstrato, mas de uma categoria afetiva que condensa a ruptura das práticas ordinárias que estruturavam a vida.

[...] aqui é a minha casa, meus três filhos. Eu quero levar eles para a escola e da escola ir trabalhar e **o que resta é só saudade! Oh saudade que machuca, que dói demais [...]** (Madalena).

[...] meu desenho expressa algo que estou sentido no momento, **Saudade! Saudade!** Não vou falar mais se não vou chorar (Sabrina).

A saudade refere-se às pequenas práticas diárias, como levar à escola, trabalhar, cuidar, estar presente, que organizavam não apenas o tempo, mas a própria identidade. A interrupção dessas ocupações fragiliza sentidos e amplia sofrimento psíquico (Galheigo, 2003). Assim, vínculos, maternidade e cotidiano aparecem indissociáveis, pois é pela suspensão do fazer cotidiano que a ausência se torna mais dolorosa.

Entretanto, as narrativas também revelam que, quando o suporte familiar permanece, ele funciona como base simbólica para sustentar projetos de vida e expectativas de reinserção social. A rede de apoio aparece como elemento decisivo na construção de esperança e na elaboração de um futuro possível:

[...] **tenho suporte familiar**, tenho também alguns amigos que têm influência, portanto, eu acredito que tenho uma base lá fora, eu me apoio nesta base, pois acredito que vão abrir as portas para mim [...] (NAZARÉ).

[...] meu marido vai me dá um suporte, **minha família** também, até meus amigos [...] (Edna).

Por outro lado, quando esse suporte se rompe, intensificam-se a solidão, o medo do futuro e a percepção de desamparo social. O abandono não é apenas familiar, mas atravessado pelo estigma que recai sobre a mulher encarcerada, frequentemente vista como indigna de cuidado e respeito em sociedades marcadas por valores patriarcais (Lemgruber, 1983).

[...] **suporte, não tenho nenhum, porque a sociedade fecha as portas e a família não sei, muita solidão** [...] (Laiane).

A fala de Laiane explicita que o estigma da prisão extrapola os muros institucionais e compromete as possibilidades concretas de reinserção. Nesse sentido, Queiroz (2015) destaca que, enquanto homens presos tendem a retornar a um espaço social que os aguarda, mulheres egressas frequentemente precisam reconstruir integralmente sua vida, muitas vezes sem apoio familiar, conjugal ou comunitário.

Desse modo, os vínculos familiares não podem ser compreendidos como meros “fatores emocionais”, mas como elementos estruturantes dos projetos de vida e das condições objetivas de reintegração social. A família pode operar como suporte ou como ferida, e, em ambos os casos, atravessa profundamente a experiência do encarceramento feminino. Para a terapia ocupacional, essa compreensão reforça a necessidade de intervenções que considerem o cotidiano relacional, os papéis familiares e a reconstrução de vínculos como dimensões centrais do cuidado, tanto no cárcere quanto no período pós-cárcere.

### 3º Eixo – Projetos de vida, futuro e reinserção: reconstrução identitária após a ruptura

Se no primeiro eixo o cotidiano foi analisado como espaço de disputa entre mortificação e reconstrução, e no segundo os vínculos familiares apareceram como estruturantes do sentido de futuro, neste eixo o foco recai sobre a elaboração temporal propriamente dita, ou seja, como essas mulheres reinscrevem a própria vida após a ruptura produzida pelo encarceramento.

O cárcere introduz uma cisão biográfica significativa. Ele interrompe trajetórias, desorganiza papéis sociais e impõe um tempo marcado pela pena. Nesse contexto, elaborar um projeto de vida implica reconstruir a própria narrativa, reorganizar expectativas e produzir continuidade simbólica onde houver ruptura. Projetar, portanto, não é apenas planejar metas futuras, mas afirmar a possibilidade de existir para além do delito.

A fala de Regina evidencia essa elaboração complexa do futuro:

[...] não sei muito bem explicar o que fiz, mas eu tentei dividir meu tempo em alguns **projetos que eu tenho, que é voltar a estudar, trabalhar, conhecer uns amores por aí (risos) e ser feliz** [...] **ser feliz é o que eu quero**. Deixei uns espaços em branco porque não sei o que vai acontecer ainda [...] (Regina).

O projeto não é fechado nem linear. Os “espaços em branco” indicam consciência da imprevisibilidade da vida pós-cárcere. Ainda assim, o desejo de estudar, trabalhar, amar e ser feliz revela que o futuro é imaginado como vida plena, e não apenas como reintegração formal à ordem social. Essa dimensão dialoga com a compreensão de projetos de vida como construções histórico-sociais, produzidas no cotidiano e mediadas pelas condições concretas de existência (Benetton, 2010; Galheigo, 2003). Assim, o simples fato de projetar já constitui um movimento de resistência frente à lógica punitiva que tende a aprisionar o sujeito no passado do delito.

Madalena, por sua vez, formula essa reconstrução como ruptura identitária radical, utilizando uma linguagem de “morte simbólica” do eu anterior e emergência de um novo sujeito.

[...] **eu quero fazer tudo diferente, acredito na minha mudança e na possibilidade de melhora**, pois aquela Madalena que entrou aqui, morreu lá na frente do presídio. Hoje eu posso dizer que **mudei 90% do que eu era**, não sou santa aqui, mas tenho três filhos que precisam de mim, tenho que mudar por mim e por eles também e **sei que vou conseguir** [...] (Madalena).

A metáfora da “morte” não representa negação do passado, mas tentativa de reorganização de si. O cárcere opera como marco biográfico, instaurando um “antes” e um “depois”. Contudo, essa transformação subjetiva é narrada sob consciência das barreiras estruturais que se apresentarão fora da instituição. As mulheres não expressam ingenuidade, mas reconhecimento da complexidade do retorno à vida em liberdade.

As experiências institucionais aparecem como mediadoras importantes dessa organização. As falas descontroem a ideia de ressocialização como simples adaptação às normas e indicam que aprender, trabalhar e refletir são meios de reconstrução do cotidiano e da autoestima.

[...] **aqui é um lugar que você tem tempo para pensar, se arrepender, o porque você fez aquilo** [...] aqui não é uma casa sete estrelas, é **um caldeirão do inferno**, mas tem vários tipos de cursos e **atividades que podem te ajudar muito, se você quiser** [...] (Madalena).

[...] antes de vir para cá nem uma roupa eu sabia lavar, nunca soube fazer nada, outra coisa são as relações com todos, eu nunca conseguia me relacionar, nem com família, filhos, vizinho, ninguém, agora já melhorei isso e estou **aprendendo muitas coisas** [...] (Emily).

A experiência de Emily evidencia que o cárcere pode, em determinadas condições, funcionar como espaço de aprendizagem de habilidades básicas e de reorganização relacional. No entanto, autores alertam que tais ganhos são frequentemente fragilizados pela ausência de políticas de acompanhamento no pós-cárcere, o que compromete a continuidade dos processos iniciados durante o cumprimento de pena (Andrade et al., 2015).

[...] as ações e atividades da instituição **contribui para a ressocialização** [...] elas dão muita oportunidade, durante esse tempo que estou aqui eu **consegui construir muita coisa, descobri até um dom que eu não sabia que tinha** que era de poetiza [...] (Nazaré).

O reconhecimento de capacidades antes invisibilizadas, aprender tarefas básicas, desenvolver habilidades relacionais, descobrir talentos, sustenta a possibilidade de ação futura. Entretanto, quando o tema da saída do cárcere é abordado, emerge com força a dimensão do estigma:

[...] o que eu sei e aprendi aqui dentro quero levar para a rua, não vai ser fácil não, pois sei que tem aquele **negócio de ser “ex-presidiária”**, então **será muito e muito difícil**, mas vou tentar e **tenho esperança de conseguir** [...] (Madalena).

A literatura aponta que o preconceito constitui um dos principais entraves à inserção laboral de pessoas egressas do sistema prisional (Pastore, 2011). Essa realidade produz um risco concreto de reprodução do ciclo de criminalização, na medida em que o sujeito encontra poucas alternativas legais de sobrevivência. As participantes demonstram consciência desse cenário. Ainda assim, reafirmam a importância da qualificação profissional como caminhos possíveis para a reconstrução da vida, especialmente quando conseguem acessar cursos dentro da instituição.

[...] sempre quis fazer um curso profissionalizante e de corte e costura, mas não tive a oportunidade de fazer, eu tinha vergonha por já ter 50 anos. **Agora eu vejo diferente**, que eu tenho que estudar sim! Mas achava que além de estar velha, tudo já estava acabado [...] **mudou muito o meu comportamento. E vejo que ainda posso!** [...] (Regina).

“Ainda posso” sintetiza a tensão deste eixo. Os projetos de vida são potentes enquanto elaboração subjetiva e afirmação de desejo; porém, são estruturalmente vulneráveis, pois dependem de condições sociais que ultrapassam a vontade individual. A reinserção, portanto, não pode ser compreendida como simples consequência da mudança interna, mas como processo atravessado por desigualdades históricas e pelo modo como a sociedade acolhe ou rejeita, a mulher egressa. Para a terapia ocupacional, esse eixo reforça a necessidade de práticas que articulem cotidiano, trabalho, vínculos e políticas públicas, sustentando projetos de vida que não se encerram no discurso, mas encontram condições reais de existência no pós-cárcere.

#### Eixo 4 – Instituição, cuidado e ressocialização: entre mediações concretas e limites estruturais

O eixo anterior analisou a elaboração subjetiva dos projetos de vida, este eixo se desloca para as mediações institucionais que sustentam ou limitam esses processos. Trata-se de compreender como a experiência prisional, para além da dimensão punitiva, opera como espaço de práticas concretas que podem favorecer reflexão, aprendizagem, cuidado e reconstrução de sentidos, ainda que sob fortes restrições estruturais. As falas revelam que a instituição não é vivida de maneira homogênea. Ela aparece como espaço de privação, mas também como lugar onde determinadas experiências produzem deslocamentos subjetivos relevantes:

[...] Para mim é um **pouco misturado**, porque a gente se priva de muita coisa, mas ao mesmo tempo não, porque daqui a gente tira muita coisa, muito aprendizado [...] **você repensa tudo que fez e como estava vivendo** [...] (Edna).

[...] a instituição contribui, porque **eu entrei uma pessoa e vou sair outra. Com o objetivo de ser uma nova mulher** na sociedade e pretendo levar o que aprendi aqui dentro lá para fora [...] (Elaene).

Essas narrativas evidenciam que a transformação não decorre de imposição moral ou do simples cumprimento de pena, mas da existência de espaços institucionais que favoreçam escuta, reflexão e reconstrução simbólica da própria trajetória. No campo da Saúde Coletiva, essa compreensão dialoga com a noção de cuidado ampliado, que ultrapassa a lógica biomédica e reconhece o sujeito em sua história, vínculos e condições sociais de existência (Campos, 2015; Cecílio, 2001). Assim, o cuidado no cárcere não pode ser reduzido a intervenções pontuais ou assistencialistas, mas deve ser compreendido como prática ética e política comprometida com a produção de vida, mesmo em contextos de privação de liberdade.

A aprendizagem de habilidades cotidianas e laborais aparece como uma das experiências mais concretas dessa mediação institucional. Para mulheres cujas trajetórias anteriores foram marcadas por dependência familiar, exclusão educacional ou ausência de inserção formal no trabalho, o aprendizado de tarefas básicas e responsabilidades coletivas assume significado que ultrapassa a ocupação do tempo.

[...] tem coisas que eu não fazia lá fora e faço aqui, nunca tinha varrido uma casa já que eu tinha minha mãe, mas aqui eu limpo pátio, salas, **aprendi muitas coisas, além de valorizar outras** [...] (Emily).

Essa fala permite compreender o trabalho prisional não apenas como instrumento de remição de pena, mas como dispositivo de reorganização do cotidiano e de reconstrução identitária. Conforme discutem Mirabete e Fabbrini (2014) e Andrade et al. (2015), o trabalho deve ser assegurado como meio de preparação para a readaptação social, contribuindo para a construção de hábitos, autonomia e participação. Entretanto, como alerta Ottoboni (2023), trabalho e educação, isoladamente, não são suficientes para sustentar processos de reintegração, uma vez que a ressocialização envolve múltiplas dimensões, incluindo acompanhamento psicológico, assistência social, cuidado em saúde e suporte governamental no período pós-cárcere.

As próprias participantes indicam que o efeito transformador das práticas institucionais está diretamente relacionado à presença de acolhimento e reconhecimento:

[...] a instituição **contribui bastante para a minha ressocialização**, aqui é bem diferente de outros presídios, **somos acolhidas e não discriminadas, mas ajudadas e com as ações que fazemos aqui valorizam mais a gente** e nós seremos mais valorizadas quando sairmos para a rua [...] (Edna).

O acolhimento e o não julgamento aparecem como condições fundamentais para que as mulheres se percebam como sujeitos em transformação e não como identidades fixadas no erro. Essa dimensão dialoga com a crítica da Saúde Coletiva ao modelo punitivista e moralizante, que tende a reforçar estigmas e produzir adoecimento ao invés de cuidado (Ayres, 2004). O reconhecimento institucional, nesse sentido, não é mero detalhe relacional, mas elemento estruturante da possibilidade de reconstrução subjetiva.

Outro aspecto relevante evidenciado nas falas refere-se ao cuidado em saúde. Algumas participantes relatam que o acesso a práticas de autocuidado e exames ocorreu, pela primeira vez, no interior da instituição:

[...] **agora estou muito bem**, hoje eu não bebo [...] **o primeiro exame de lâmina que eu fiz foi aqui, na rua nunca fiz [...]** (Emily).

Essa narrativa revela uma contradição estrutural, pois para as mulheres que já viviam em contextos de exclusão social, o cárcere aparece como porta de entrada para cuidados que deveriam ser garantidos em liberdade. Tal constatação reforça a crítica, amplamente discutida na Saúde Coletiva, de que o sistema penal tem sido acionado como resposta a problemas sociais, econômicos e sanitários que deveriam ser enfrentados por políticas públicas intersetoriais (Borges, 2019; Soares; Ilgenfritz, 2002).

Entretanto, ainda que a instituição possa oferecer experiências de aprendizado, acolhimento e cuidado, as próprias participantes reconhecem limites estruturais da ressocialização. A saída do cárcere é percebida como momento crítico, atravessado por estigmas, dificuldades de inserção laboral e fragilidade do suporte institucional contínuo. Como aponta Pastore (2011), o preconceito em relação à pessoa egressa constitui um dos principais entraves à reinserção social, especialmente no mercado de trabalho, ampliando o risco de reprodução do ciclo de exclusão.

Desse modo, a tensão entre transformação subjetiva e barreiras estruturais torna-se evidente. A ressocialização não pode ser compreendida como responsabilidade individual, nem como resultado automático das atividades oferecidas intramuros. Trata-se de processo coletivo, que exige políticas públicas articuladas, continuidade do cuidado no pós-cárcere e compromisso social com a redução das desigualdades que atravessam as trajetórias dessas mulheres.

No campo da Saúde Coletiva, essa leitura reafirma o encarceramento feminino como questão de saúde pública. Ele evolui produção de sofrimento, interrupção de vínculos, fragilização de direitos e impactos que se estendem às famílias e aos territórios. Assim, embora o cárcere possa, em determinadas condições favorecer processos de reflexão, cuidado e reconstrução subjetiva, tais processos permanecem estruturalmente frágeis se não forem sustentados por políticas públicas consistentes antes, durante e após o encarceramento.

A transformação relatada pelas mulheres não é ingenuidade e romantização da pena, é expressão de resistência e de desejo de vida. O desafio que se impõe não é avaliar se elas “mudaram o suficiente”, mas se a sociedade está disposta a oferecer condições concretas para que os projetos de vida construídos no interior da instituição encontrem possibilidade real de existência no mundo extramuros. Portanto, cabe à sociedade decidir se tais desejos encontrarão condições reais de existência ou se serão novamente silenciados pela exclusão, pelo estigma e pela ausência de cuidado.

## **CONCLUSÃO**

Os resultados deste estudo, orientado por abordagem qualitativa e análise temática das narrativas de mulheres sentenciadas, evidenciam que o encarceramento feminino reorganiza profundamente o cotidiano, os vínculos e os projetos de vida das participantes. A condição de sentenciamento produz rupturas biográficas, intensifica estigmas e fragiliza redes de apoio, mas também inaugura um tempo de reflexão no qual emergem processos de reconstrução subjetiva, especialmente quando existem práticas institucionais que favorecem acolhimento, aprendizagem e reconhecimento.

A análise demonstrou que o cotidiano prisional constitui espaço de disputa entre mortificação e (re)existência; que os vínculos familiares operam simultaneamente como ferida e como horizonte de sentido; que os projetos de vida elaborados no cárcere expressam elaboração temporal complexa, marcada por desejo e consciência das barreiras estruturais; e que as mediações institucionais, trabalho, educação, cuidado em saúde e acolhimento, podem favorecer deslocamentos subjetivos significativos, ainda que insuficientes para garantir reinserção social de forma isolada.

A escuta das mulheres revelou que seus projetos não são fantasias compensatórias, mas expressões legítimas de desejo de pertencimento, dignidade e felicidade. Contudo, tais projetos permanecem vulneráveis diante das desigualdades de gênero, classe e território que antecedem e sucedem o encarceramento. A ressocialização, portanto, não pode ser reduzida a imperativo moral ou exigência individual, mas deve ser compreendida como processo coletivo que exige políticas públicas intersetoriais consistentes antes, durante e após o cumprimento da pena.

Ao dialogar com a Saúde Coletiva e com a Terapia Ocupacional, este estudo reafirma a centralidade do cotidiano como espaço de produção de vida e de cuidado, mesmo em contextos de privação de liberdade. Reconhecer mulheres encarceradas como sujeitos de direitos, histórias e projetos implica deslocar o olhar do crime para as condições sociais que atravessam suas trajetórias, da punição isolada para a responsabilidade coletiva, da exclusão para a reconstrução.

Que as flores que insistem em nascer no “lixo” não sejam vistas como exceção heroica, mas como evidência da potência da vida mesmo sob condições adversas, e, sobretudo, como denúncia de um sistema que precisa ser transformado para que tais flores não dependam da resistência individual para sobreviver.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos à instituição prisional que acolheu esta pesquisa, viabilizando sua realização em um contexto marcado por desafios institucionais e humanos. De modo especial, reconhecemos e valorizamos a generosidade das mulheres privadas de liberdade que aceitaram participar do estudo. Ao compartilharem suas trajetórias, rupturas e projetos de vida, tornaram possível a construção de conhecimento comprometido com a escuta, a dignidade e a visibilidade de suas experiências.

## **REFERÊNCIAS**

ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas: itinerário de uma pesquisa. *Tempo Social, Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo*, v. 3, n. 07-40, p., 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v3i1/2.84813>. Acesso em 28 abr. 2026.

ANDRADE, Carla Coelho et al. O desafio da reintegração social do preso: uma pesquisa em estabelecimentos prisionais. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 2, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/8181-td2095.pdf>. Acesso em 28 abr. 2026.

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 16-29, 2004. <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/nvGMcCJJmpSSRjsGLhH8fmh/>. Acesso em: 15 fev. 2026.

BARROS, Denise Dias. Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 15, n. 3, p. 90-97, 2004. Disponível em: [https://revistas.usp.br/rto/pt\\_BR/article/view/13945](https://revistas.usp.br/rto/pt_BR/article/view/13945). Acesso em 28 abr. 2026.

BARROS, Denise Dias; GHIRARDI, Maria Isabel Garcez; LOPES, Roseli Esquerdo. Terapia ocupacional social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 13, n. 3, p. 95-103, 2002. Disponível em: [https://revistas.usp.br/rto/pt\\_BR/article/view/13903](https://revistas.usp.br/rto/pt_BR/article/view/13903). Acesso em 28 abr. 2026.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BENETTON J. O encontro do sentido do cotidiano na Terapia Ocupacional para a construção de significados. **Revista do Centro de Especialidades em Terapia Ocupacional**, 12 p. 32-39, 2010. Disponível em: [https://fmabc.br/admin/storage/base64-files/1730484089\\_encontro\\_sentido\\_cotidiano.pdf](https://fmabc.br/admin/storage/base64-files/1730484089_encontro_sentido_cotidiano.pdf). Acesso em 28 abr. 2026.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/bitstream/123456789/933/1/Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Aten%C3%A7%C3%A3o%20Integral%20%C3%A0%20Sa%C3%BAde%20das%20Pessoas%20Privadas%20de%20Liberdade.docx>. Acesso em 28 abr. 2026.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. **Saúde Paideia**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 2015.

CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira. As necessidades de saúde como conceito estruturante na luta pela integralidade e equidade na atenção em saúde. In: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben Araújo de (org.). **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro: IMS ABRASCO, p. 113-126, 2001.

CERNEKA, Heidi Ann. Homens que menstruam: Considerações acerca do sistema prisional às especificidades da mulher, **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 61-78, 2009. Disponível em: <https://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/6>. Acesso em 28 abr. 2026.

DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna. Sessions (Orgs.) **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DINIZ, Debora; PAIVA, Juliana. Mulheres e prisão no Distrito Federal: itinerário carcerário e precariedade da vida. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, n. 111, p. 313-319, 2014. Disponível em: <https://anis.org.br/publicacoes/mulheres-e-prisao-no-distrito-federal-itinerario-carcerario-e-precariedade-da-vida-2014/>. Acesso em 28 abr. 2026.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GALHEIGO, Sandra Maria. Terapia ocupacional, cotidiano e a tessitura da vida: aportes teórico-conceituais para a construção de perspectivas críticas e emancipatórias. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, n. 28, v. 1, p. 05-25, 2020. Disponível em: [scielo.br/j/cadbto/a/ZkxfW5TJJjbHCBVhdmFdMqB/?format=pdf&lang=pt](https://scielo.br/j/cadbto/a/ZkxfW5TJJjbHCBVhdmFdMqB/?format=pdf&lang=pt). Acesso em 28 abr. 2026.

GALHEIGO, S. M. O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 14, n. 3, p. 104-109, set./dez., 2003. Disponível em: [https://revistas.usp.br/rto/pt\\_BR/article/view/13924](https://revistas.usp.br/rto/pt_BR/article/view/13924). Acesso em 28 abr. 2026.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LEMGRUBER, J. **Cemitério Dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro: Achiamee, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato Nunes. **Execução penal: Comentários à Lei nº 7.210, de 11/07/1984**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

OLIVEIRA, R. A. Do vínculo às relações sociais: Aspectos psicodinâmicos. **Análise Psicológica**, v. 18, n. 2, p. 157-170, 2000. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/aps/v18n2/v18n2a02.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2026.

OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso? Método APAC**. 6 ed., 2023.

PASTORE, José. **Trabalho para ex-infratores**. São Paulo: Saraiva, 2011.

QUEIROZ, Nara **Presos que Menstruam: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras**. São Paulo: Editora Record, 2015.

RAMIRES, Vera Regina Rohnelt; SCHNEIDER, Michele Scheffel. Revisitando alguns Conceitos da Teoria do Apego: Comportamento *versus* Representação?. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 1, p. 25-33, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/bJfD5DCX8sNR96BMxb7dBVJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em 28 abr. 2026.

SENAPPEN (Brasil). Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Relatório de Informações Penitenciárias – 2º semestre de 2023 (15º ciclo SISDEPEN)**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-de-informacoes-penitenciarias/relatorio-2o-semester-de-2023.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2026.

HERNANDES, Raphaela Schiassi, AZEVEDO, Ivan Elias de, BARBOSA, Márcia Regina, Brito Jéssica Lima  
“No Lixo Também Nasce Flor”: cotidiano, vínculos e projetos de vida no encarceramento feminino

SOARES, Barbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras: Vida e Violência atrás das Grades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.